

“O que pode o professor de História?": oficinas de cultura afro-brasileira e indígena voltadas para as ciências exatas e naturais

uma experiência no IF Farroupilha *campus* Alegrete

Por Mário Augusto Correa San Segundo¹

Resumo

O artigo apresenta a experiência de um projeto de ensino, desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Alegrete, em que professores de história, auxiliaram estudantes de licenciatura em Matemática, Química e Ciências Biológicas a formular e aplicar planos de aula que contemplassem as orientações contidas na Lei 11.645/08, incluindo nos seus componentes curriculares noções de história e cultura afro-brasileira e indígena. É conhecida a dificuldade das chamadas “ciências exatas” e da natureza, em trabalhar com estes temas, propiciando uma oportunidade impar ao trabalho do historiador em auxiliar estes profissionais. O objetivo geral foi oferecer aos estudantes dos cursos de licenciatura subsídios teóricos e metodológicos para o trabalho com a história e cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula, de forma articulada com o ensino dos conteúdos das ciências naturais e exatas.

Abstract

This article presents the experience of an educational project, developed at the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha - Campus Alegrete, where history teachers, assisted undergraduate students in Mathematics, Chemistry and Biological Sciences to formulate and implement plans lecture that addressed the guidelines contained in Law 11,645 / 08, including in their curriculum components notions of history and African -Brazilian and indigenous culture. It is known the difficulty of so-called "exact science" and nature, to work with these issues, providing a unique opportunity to the historian's work in helping these professionals. The overall objective was to provide students of degree courses, theoretical basis and methodology for work with history and African -Brazilian and indigenous culture in the classroom, in coordination with the teaching of the natural and exact sciences content.

Palavras-chave: Ensino de História, Cultura Afro-brasileira, Cultura indígena, Diversidade, Lei 11.645/08.

Keywords: History teaching, Afro-Brazilian Culture, Indigenous culture, Diversity, Law 11.645 / 08.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. E-mail: mario.segundo@iffarroupilha.edu.br

Introdução

O presente artigo irá relatar a proposta e implementação de um projeto de ensino em parceria entre a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF Farroupilha) - *Campus* Alegrete.

O projeto propunha a realização de oficinas sobre história e cultura afro-brasileira e indígena para os estudantes dos cursos de licenciatura do IF Farroupilha *Campus* Alegrete, a partir do estudo das leis 10.639/03 e 11.645/08, que determinam que o tema seja tratado no âmbito de todo o currículo dos ensinos fundamental e médio e de outros referenciais teóricos sobre a temática.

As oficinas propostas pelo projeto de ensino, além de contarem com o estudo de referenciais teóricos, foram espaços de construção de planos de aula para o ensino das ciências naturais e exatas articuladas aos temas propostos pelas leis anteriormente citadas. Após a construção destes planos de aulas, foi proposto a aplicação dos mesmos nas turmas do ensino médio integrado do *Campus* ou em outras escolas das redes públicas de ensino, em suas respectivas áreas.

Dessa forma se buscou propiciar espaços-tempo na formação inicial dos estudantes para o estudo e a reflexão acerca da temática em foco, possibilitando ainda a aproximação destes futuros professores das questões preconizadas pela legislação educacional brasileira além de construir mais uma contribuição ao combate das desigualdades em nosso país.

O objetivo geral do projeto era oferecer aos estudantes dos cursos de licenciatura, subsídios teóricos e metodológicos para o trabalho com a história e cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula, de forma articulada com o ensino dos conteúdos das ciências naturais e exatas. Também trouxe como objetivos específicos a construção de planos de aulas para o ensino de ciências naturais e exatas, de forma que contemplem a temática afro-brasileira e indígena; aplicação experimental destes planos de aula nas turmas do ensino médio integrado do IF Farroupilha-CA e/ou em outras instituições públicas de ensino fundamental e médio; e avaliação do trabalho realizado a partir da aplicação dos planos de aula, com a elaboração e apresentação de um texto, relacionando a teoria com as práticas vivenciadas.

Reflexões sobre o projeto

Após a promulgação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que fazem uma reparação curricular importante na história da educação brasileira, tornando obrigatório o ensino da história e cultura Afro-brasileira e Indígena em toda rede de ensino e no âmbito de todas as disciplinas, sente-se a necessidade de formação a respeito da implementação destes temas em espaços em que frequentemente estes conteúdos não eram abordados, como nas aulas das áreas das ciências da natureza e exatas.

Sabe-se que, tradicionalmente, as temáticas legitimadas pelas leis 10.639/03 e 11.645/08 são, na maioria das vezes, trabalhadas pelas disciplinas das áreas das Ciências Humanas, Arte e Educação e com menos frequência, na área das Letras. No entanto, as referidas Leis determinam que os estudos sobre história e cultura afro-brasileira e indígena “devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar”.

A Resolução N° 1, de 17 de junho 2004 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” também determina o estudo do tema nas instituições de ensino superior no Art.1°.

§ 1° As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. (BRASIL, 2004, p.31)

A partir deste novo desafio, levando em consideração a existência de três cursos de licenciaturas das áreas de ciências naturais e exatas no IF Farroupilha-CA e, tendo em vista a constatação da dificuldade enfrentada pelos profissionais destas áreas em abordar o tema curricular, pensou-se nesta proposta, que também contribui nas pontuações referentes ao reconhecimento e avaliações sofridas pelos referidos cursos.

Estava prevista inicialmente a participação de aproximadamente, 100 (cem) estudantes de Licenciaturas em Ciências Biológicas, Química e Matemática do *campus* Alegrete, divididos em quatro turmas de 25 estudantes cada, porém ao final formou-se uma turma de vinte e cinco estudantes.

Buscou-se que os futuros professores tivessem uma melhor formação e desenvolvessem sensibilidades, para o trabalho com as relações étnico-raciais no ambiente escolar, assim como que estivessem capacitados para a pesquisa e implementação da temática da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em seus planos de aula.

Com as contribuições por escrito dos estudantes, pretendeu-se realizar a organização de uma publicação inédita, com os resultados do projeto e a socialização dos planos de aula e experiências do trabalho da temática em aulas, que poderão ser utilizados por professores com dificuldades em pensar atividades com a temática.

Ao se pensar na proposição de um projeto de ensino voltado para as ações inclusivas, buscou-se não só atender a legislação educacional vigente, mas também cumprir o papel como educadores e formadores de futuros educadores. Nesse sentido, se acreditou que as instituições de ensino tem um papel significativo no processo de superação das discriminações étnico-raciais.

Para isso, se entende que é necessária a tomada de consciência da realidade onde os sujeitos estão inseridos, bem como o alcance de uma visão crítica acerca das relações sociais estabelecidas no meio onde vivem, a fim de estabelecer relações com contextos sociais mais amplos.

Como bem afirma Siquelli,

[...]consciência se muda com conhecimento. Promover reflexões teóricas que intencionam iluminar uma prática, se apresenta como uma das formas existentes possíveis de se transformar uma realidade de exclusão social étnicas para a realidade, a ser construída historicamente, de inclusão, que se faça primeiramente no nível da *prática escolar*, para que futuramente atinja o nível da *prática social*, com intenção de mais tarde se tornar uma *prática humana* (2013, p.2).

As leis 10.639/03 e 11.645/08, advindas das lutas históricas de movimentos sociais, surgem como uma oportunidade para a sociedade brasileira redimir-se do descaso como tem abordado em seus conteúdos pedagógicos as contribuições humanas, sociais, econômicas e políticas dos povos africanos e indígenas com o crescimento e desenvolvimento do nosso país.

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (BRASIL, 2004, p.11)

As políticas públicas que tratam da temática, entre outras, do ponto de vista educacional, tem tido papel importante para cobrir o conjunto amplo de aspectos e dimensões implicadas na reprodução continuada das desigualdades raciais no país. Consolidar a temática do racismo e das desigualdades, em uma agenda pública de debates, são ações que contribuem em muito para ampliar iniciativas de construção de uma igualdade racial e étnica. (JACCOUD, 2008, p.133)

[...]são interrogações que se somam a tantas outras, nesse processo de erigir as bases de uma escola/nação/sociedade em que se construa valores de justiça e democracia. E onde, certamente, haverá lugar para a multiplicidade/unicidade da identidade nacional brasileira. (PEREIRA, 2005, p.47)

Partindo de elaborações como as anteriores, se pretendeu auxiliar na formação de educadores que não ignorem as relações entre raça/racismo, etnias/discriminação étnica, nos ambientes escolares. Formar educadores com capacidades para uma educação que legitime a diversidade como fator positivo da realidade brasileira, salientando a importância de todos na formação da sociedade. Educadores que eduquem para a diversidade e inclusão.

Metodologia

O trabalho compreendeu primeiramente a realização de intensa divulgação, convencimento e inscrição de estudantes de licenciaturas interessados na realização das atividades propostas. Inicialmente estavam previstas a formação de quatro turmas de 25 participantes cada, porém, mesmo com a ajuda e interesse das coordenações

de curso, conseguiu-se formar apenas uma turma, o que denuncia algumas resistências em relação ao tema.

As atividades foram compostas por três encontros presenciais de um turno cada, descritos a seguir; uma aula prática por estudante; e elaboração de textos relatando a experiência e divulgando o plano de aula implementado, que ainda está em fase de elaboração.

No *primeiro encontro* foram estudados referenciais teóricos acerca da temática em foco, bem como as leis 10.639/03 e da 11.645/08. Estes encontros ocorreram no Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE), localizado no *campus*. Na sequência deu-se início à construção dos planos de aula, que deveriam articular os conteúdos das ciências da natureza e exatas com temas relacionados as histórias e culturas africanas e indígenas.

O *segundo encontro* foi um espaço para apresentação dos planos de aulas e discussões dos mesmos pelo grupo participante. Foram definidos os espaços-tempo para o desenvolvimento das aulas propostas nestes planos, podendo ser aplicados nas turmas de ensino médio integrado da própria instituição, como também em outras instituições de ensino da rede pública dos municípios de Alegrete, Manoel Viana ou região. Cada docente envolvido com o projeto ficou responsável pela orientação e acompanhamento da implementação das aulas.

O *terceiro encontro* ocorreu em formato de seminário entre a turma, com a conclusão das atividades do projeto, em que se socializaram e se avaliaram as experiências através da apresentação dos textos escritos com reflexões sobre as aulas ministradas pelos participantes.

Ao final do projeto ainda pretende-se organizar uma publicação inédita, com os resultados do projeto e a socialização dos planos de aula e experiências do trabalho da temática em aulas de ciências naturais e exatas. Esta será composta com os textos construídos pelos participantes submetidos aos seminários de conclusão das turmas.

Considerações Finais

O projeto contou com três bolsistas remuneradas e uma voluntária que auxiliaram na organização de todo projeto. Também foi remunerado o trabalho do coordenador do projeto, recurso utilizado para aquisição de materiais e participação dos bolsistas em eventos. Esta destinação de recursos demonstra o grau de

comprometimento institucional dos IFs com as políticas públicas de inclusão.

A dificuldade das licenciaturas em Ciências da Natureza e Exatas em implementar ações que auxiliem seus estudantes a trabalhar com a temática negra e indígena é muito grande, devido a uma cultura que é resistente inclusive às cadeiras pedagógicas nestes cursos. Nesse sentido, os professores de história podem cumprir um papel importante no auxílio aos colegas, construindo projetos de ensino e extensão que contribuam com os futuros professores para que tenham acesso aos conhecimentos necessários à construção de uma educação plural, antirracista, e que cumpra com os objetivos das políticas de inclusão criadas nos últimos anos.

Este processo de ensino interdisciplinar, ou multidisciplinar, foi possível de maneira mais simples na estrutura do IF, devido a existência de docentes de História e das outras áreas do conhecimento, trabalhando nos mesmos círculos e não divididos em departamentos diferentes que muitas vezes não se comunicam. No caso do Campus Alegrete, por exemplo, as cadeiras de História da Educação nas licenciaturas de Ciências da Natureza e Exatas, são responsabilidade dos docentes de História, que participam dos colegiados dos cursos e convivem com estes mesmos docentes na construção cotidiana do ensino médio, o que gera uma rica troca de experiências e de ações conjuntas.

A experiência de formação das Coordenações de Ações Inclusivas e dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, que são estimulados com financiamento, disseminados e muito atuantes em toda a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, também contribui para a existência deste tipo de projeto, pois atuam nestes núcleos docentes e técnicos administrativos em educação de todas as áreas do conhecimento, na maioria dos casos sendo compostos com representação dos mais variados cursos oferecidos pela instituição, envolvendo todos na construção de uma sociedade mais socialmente igualitária e culturalmente mais plural e progressista.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.

Brasília, DF, 20 dez. 1996.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm>.

_____. Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>.

_____. Ministério da Educação. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais*. Brasília: MEC/Secad, 2006.

_____. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial. Contribuições para a Implementação da Lei 10639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>>.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

PEREIRA, Amauri Mendes. Escola: espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: ROMÃO, Jeruse (org.) *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília, 2005.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. *Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo*. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.nupe.ufpr.br/paixao.pdf>.

SIQUELLI, Sônia Aparecida. *O papel pedagógico Escolar sob o ponto de vista das leis 10639/03 e 11645/08: apontamentos éticos e étnicos*. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.104-122, jan./jun.2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex>.